

Fórum de Gestores e Gestoras LGBT debate políticas públicas com a Secretária Especial de Direitos Humanos

A Secretária Especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, recebeu nesta quinta-feira (27) os representantes do Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Fonges-LGBT). O encontro foi um momento de aproximação entre a Secretaria e o Fórum. Na reunião, os representantes expuseram as principais dificuldades e questões que afetam a população LGBT nos estados e municípios que eles representam. Entre os assuntos debatidos estão a violência, empregabilidade, saúde, nome social. Além disso, foi discutido também o atual estágio de implementação do Sistema Nacional LGBT e do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT.

[\(SDH, 27/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)

A secretária expôs a proposta de abrir um canal de diálogo permanente com os representantes do executivo estadual e municipal, responsáveis pela pauta LGBT. Além disso, deixou claro o comprometimento de qualificar os dados produzidos pela Secretaria e extraídos de outras fontes, especialmente sobre as questões relativas à violência contra a população LGBT. A Secretária se comprometeu, ainda, a buscar articulação com os poderes Judiciário e Legislativo para promover o avanço destas pautas. Por fim, debateu também a criação de um mecanismo para dar visibilidade para as experiências bem-sucedidas que possam estar em curso em nível federativo.

Estiveram presentes à reunião os seguintes componentes do Fonges: Leonardo Bastos Ferreira (Presidente), Valdirene dos Santos (Diretora Regional Sudeste), Denis Ramos (Assessor de Comunicação), Roberta Rocha Schultz (Diretora Regional Nordeste), Ana Carolina Silvério (Diretoria

Regional Centro-Oeste), Danton Barros, Wellington Bezerra Pastor (Diretor Regional Nordeste), Bruna Lorrane (Vice-presidenta/Diretoria Regional Norte), Carlos Alberto Tufvesson (Diretor Regional Sudeste) e Flávia de Figueiredo Brazil.

Secretária de Direitos Humanos destaca violência contra a mulher como fenômeno complexo em audiência pública

(SDH. 25/08/2016) A violência contra a mulher como um fenômeno complexo, multifacetado, que carrega peculiaridades e singularidades foi destaque na fala da secretária especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, na abertura da audiência pública sobre a violência contra a mulher e suas diversas formas nesta quinta-feira (25), em Brasília. O evento foi promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH).

“Reputo o tema da violência contra a mulher como um tema, ainda, silenciado que começa a emergir em razão de casos tão abruptos e gritantes como foi o caso do estupro coletivo no Piauí. É fundamental o diagnóstico preciso da realidade para compreendermos cada vez mais quem são as vítimas, o alvo preferencial e quem são os agressores. Além disso, é preciso focar na prevenção e no enfrentamento das diversas formas de discriminação agravadas em nosso país”, avaliou Flávia Piovesan.

Para a secretária de Direitos Humanos, não há dúvidas que a violência contra a mulher carrega um forte componente cultural, decorre de relações assimétricas de poder entre homens e mulheres quando se nega às mulheres a condição plena de sujeitos de direito.

Avanços

A representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, frisou os avanços que o Brasil obteve nos últimos anos dentro do governo federal com a Lei Maria da Penha, o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, além do Programa Viver sem Violência, com atendimento social e psicológico às vítimas.

“O Brasil tem avançado, mas é preciso manter e aprimorar para que as conquistas alcancem todos os cantos do país. É extremamente necessário mais engajamentos com os municípios”, citou Gasman, que também enfatizou que os estupros, que acontecem do lar às ruas, não é um problema individual ou isolado, e sim de toda a sociedade. “A importância no combate à violência desde a prevenção e reparação é de todos. Mesmo com uma sociedade sexista, racista, patriarcal e machista”, disse.

Mortes

O aumento no número de morte de mulheres negras, nos últimos dez anos, também esteve entre os dados citados pela presidente do CNDH, Ivana Farina, durante a audiência. “Ao mesmo tempo em que houve o aumento de 54% na morte de mulheres negras em nosso país, houve o decréscimo de 9,8% de mulheres brancas”, apontou.

Conforme o Liguei 180, canal de denúncias para registro de violações de direitos das mulheres, das 63 mil denúncias registradas em 2015, 49% são de violência física, 30% de violência psicológica, 7% moral e 2% patrimonial.

Participaram, ainda, da audiência as conselheiras do CNDH, Deborah Duprat e Dirlene Marques, além da representante da presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Sílvia Souza. A deputada Erika Kokay também esteve presente no encontro.

Acesse no site de origem: [Secretária de Direitos Humanos destaca violência contra a mulher como fenômeno complexo em audiência pública \(SDH, 25/08/2016\)](#)

SDH publica nota de repúdio sobre estupros coletivos que vitimaram adolescentes no Rio de Janeiro e no Piauí

(SDH - 27/05/2016) A Secretaria Especial de Direitos Humanos expressa o seu mais veemente repúdio às gravíssimas violações por estupro coletivo que vitimaram as adolescente do Rio de Janeiro, violada por mais de 30 homens, e de Bom Jesus (PI), violada por 5 homens.

Estes casos revelam de forma extrema a violência de gênero cometida contra mulheres e meninas, por serem mulheres e meninas, invocando o componente essencialmente cultural fundado em relações desiguais de poder entre homens e mulheres.

Nestes casos se acentua, ao aliar o componente de gênero 'a vulnerabilidade da idade, porque as vitimas são adolescentes.

É fundamental a adoção de medidas eficazes, sob a perspectiva de gênero, voltadas ao dever do Estado de investigar, processar e punir perpetradores. Essencial também é a adoção de medidas de integral apoio e assistência às vitimas.

E ainda essencial é a adoção de medidas preventivas capazes de evitar a violação do estupro, que brutalmente viola o direito 'a integridade física, moral e psíquica de meninas e mulheres.

Há que se fortalecer uma educação não sexista e não discriminatória, com base em uma educação que enfrente a cultura da violência contra as mulheres, na busca de assegurar a igualdade entre gêneros, em plena consonância com a ordem constitucional e com os tratados de Direitos

Humanos ratificados pelo Estado Brasileiro.

Flavia Piovesan,

Secretária Especial de Direitos Humanos (a ser empossada)

Acesse no site de origem: [SDH publica nota de repúdio sobre estupros coletivos que vitimaram adolescentes no Rio de Janeiro e no Piauí \(SDH - 27/05/2016\)](#)

Entra Temer. As mulheres saem, por Patrícia Zaidan

(M de Mulher, 12/05/2016) *Nenhuma brasileira serve para Temer. Não há sequer uma mulher no seu démodé e requentado ministério*

O presidente interino Michel Temer queria fazer uma média com as mulheres. Pensou na deputada de primeiro mandato Retana Abreu (PTN) para compor seu ministério. Recuou porque ela não resolveria seu problema. Como a usaria para afagar as mulheres se Renata trafegou na contramão ao alinhar-se à bancada evangélica na proposta que dificultaria o aborto fruto de estupro, permitido por lei desde 1941? Outro nome, Ellen Gracie, que integrou o Supremo, não se interessou por uma vaga na turma de Michel revelada hoje. Ele não reconhece uma boa política nos quadros femininos ou todas se negaram a um mandato tomado a fórceps.

Queiramos ou não, é esse o primeiro escalão que conduzirá nossos destinos pelos próximos dias. Sem a menor sensibilidade para as questões de gênero - afinidade zero com as pautas das mulheres -, ignorando que somos 52% da população, mais de 40% da força de trabalho e chefes de 40% das famílias. Na verdade, no escopo do ministério não há um só homem que represente voz de avanço no combate ao sexismo, ao racismo e ao desrespeito aos direitos humanos. A análise não é difícil porque todos são figurinhas

carimbadas em governos passados e de opiniões muito conhecidas.

Assim que Dilma Rousseff deixou o Palácio do Planalto no fim da manhã de hoje, ficou evidente como os homens são os proprietários da política - eles não iriam entregar assim, tão facilmente. Na CBN, o âncora Carlos Alberto Sardenberg perguntou ao comentarista Merval Pereira o que ele tinha achado do “discurso agressivo” de Dilma. Merval concordou que fora “muito agressivo”. Queriam o quê? Choro? Mimimi? Na boca de um macho, teria sido considerado um discurso corajoso, altivo, assertivo, contundente e de autodefesa. Vindo de uma mulher, é feio, inadequado, não pode. Merval comentou a gafe de Michel em não chamar mulheres para pilotar com ele os 180 dias. E, de novo, ranço. “Temer deveria chamar pelo menos uma”, traiu-se Merval. Qualquer uma? A cerejinha do bolo, a flor, o vasinho de cheiro... Só para edulcorar.

Ocorreram inúmeras análises no rádio, na TV, nos sites e blogs sobre o quanto “pega mal” para o Brasil ter uma mulher conclamando resistência e gritando: “Golpe!”. Segundo esses comentaristas, na comunidade internacional a atitude de Dilma “difama o país”, “é ruim”, “denigre a nossa imagem”. Faz lembrar a imprensa americana condenando de forma idêntica Martin Luther King, que com seus discursos inflamados e de alta combustão incensava os negros segregados a reagir contra um país que os tratava como um câncer ou um cão sem dono. Era péssimo para os Estados Unidos de então, para os brancos que não queriam perder privilégios.

Mas não ficou mal para nós a presidente ter sido xingada de vaca e puta aos olhos da multidão internacional que assistia à Copa do Mundo em 2014. Nem pareceu estranho retratá-la com as pernas abertas, numa montagem grotesca, para um adesivo de carro. Ou vesti-la de presidiária.

Talvez eu não seja uma boa companhia hoje. Estou indignada. Pode demorar 100 anos para uma mulher voltar ao Palácio do Planalto. Por mais enredada que seja a questão política - e com um roteiro perverso que só se vai entender melhor com o vingar da história -, lamento profundamente que o primeiro governo liderado por uma brasileira acabe dessa forma.

Acesse no site de origem: [Entra Temer. As mulheres saem, por Patrícia](#)

Secretário de Direitos Humanos fala de avanços na pauta LGBT do país em reunião de conselho

(SDH, 31/03/2016) O secretário especial de Direitos Humanos, Rogério Sottili, participou na manhã desta quinta-feira (31) da 32ª reunião do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), em Brasília.

Ao abrir o encontro, Sottili reforçou a importância de se democratizar a agenda LGBT no país e sobre os avanços na pauta de direitos humanos nos últimos anos.

Leia mais: [Com Suplicy ovacionado, Haddad inaugura centro LGBT \(O Estado de S. Paulo, 31/03/2016\)](#)

“Nunca se viu tantos casais homoafetivos nas ruas. As pessoas namoram felizes. O Brasil é outro desde que a pauta LGBT entrou na pauta da luta pelos direitos humanos desse país. É uma luta que está, inclusive agora, na educação e no judiciário, com o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal na união homoafetiva. Ainda precisamos avançar e lutar, mas temos também que comemorar todas as conquistas até agora”, disse.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) também foi tema destacado pelo secretário, que afirmou ser fundamental o seu cumprimento e aplicação. “É necessário fortalecer o PNDH-3. Vamos aproveitar as conferências agora de abril para avançarmos em mecanismos e construção de políticas públicas com resultados efetivas para a agenda LGBT”.

A 3ª Conferência de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT será realizada durante as Conferências Conjuntas de Direitos Humanos entre 24 e 29 de abril, em Brasília. Em relação à população LGBT, estará em discussão o tema “Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”.

Além dos conselheiros, participaram da reunião ordinária do Conselho o secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Paulo Maldos, e a coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT da SDH, Symmy Larrat.

Acesse no site de origem: [Secretário de Direitos Humanos fala de avanços na pauta LGBT do país em reunião de conselho \(SDH, 31/03/2016\)](#)

Luta pelos direitos das mulheres será debatida na Comissão de Direitos Humanos - Brasília/DF, 07/03/2016

(Agência Senado, 04/03/2016) A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) tem audiência pública na segunda-feira (7), às 14h30, para debater a luta pelos direitos das mulheres. O requerimento para realização do evento é do presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), a partir de sugestão da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior do Brasil (Fasubra).

Entre as convidadas, estão três representantes da Coordenação Mulher Trabalhadora da Fasubra, Eurídice Ferreira de Almeida, Ivanilda Reis e Léia Oliveira; a vice-prefeita de Salvador (BA), Célia Sacramento; e Marcela

Cristina Andrade de Azevedo, representante do Movimento Mulheres em Luta.

Também devem comparecer representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Comitê Mundial de Mulheres do escritório regional brasileiro da Internacional dos Serviços Públicos.

A audiência acontecerá na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho e será interativa. Os cidadãos que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo pelo [Portal e-Cidadania](#) ou pelo Alô Senado (0800 61 22 11).

Trabalho escravo

A CDH também promoverá, no mesmo dia e local, reunião de trabalho para a discussão de estratégias de combate ao trabalho escravo. O debate terá início a partir das 17h30.

Acesse no site de origem: [Luta pelos direitos das mulheres será debatida na Comissão de Direitos Humanos \(Agência Senado, 04/03/2016\)](#)

Secretário Especial de Direitos Humanos participa das Consultas Nacionais das Mulheres com Deficiência e

Ciganas

(SDH, 02/03/2016) O secretário Especial de Direitos Humanos, Rogério Sottili, participou nesta terça-feira (1º) da abertura das Consultas Nacionais das Mulheres com Deficiência e Ciganas, em Brasília (DF). A reunião faz parte das instâncias preparatórias para a 4ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), que ocorre em Brasília, de 10 a 13 de maio. O objetivo das consultas é preparar mulheres de segmentos tradicionalmente invisibilizados para tomar parte nos processos de participação popular. Durante o evento, serão eleitas 07 delegadas entre as mulheres com deficiência e 07 delegadas do povo cigano para representação na Conferência Nacional.

Sottili destacou a realização de seis Conferências Nacionais no período entre o fim de abril e início de maio, incluindo as Conferências Conjuntas de Direitos Humanos e a 4ª CNPM. O secretário de direitos humanos afirmou que os eventos são uma demonstração de que a sociedade civil está preparada para responder às ameaças de retrocessos em direitos humanos e participação social. “Nós vamos responder à altura com qualidade, com propostas e, acima de tudo, com políticas, dizendo que nós não vamos permitir qualquer retrocesso”, enfatizou.

O caráter democrático dos processos conferenciais também foi comentado por Sottili: “Porque, no fundo, o que está por trás da nossa luta é a defesa, a construção e o fortalecimento da democracia. Não existe país de direitos sem democracia.”

O evento contou ainda com a participação de representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça, da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Outros segmentos de mulheres tradicionalmente invisibilizadas já tiveram suas consultas nacionais, como as mulheres quilombolas e dos povos de matriz africana, como parte dos eventos preparatórios para a 4ª CNPM.

Acesse no site de origem: [Secretário Especial de Direitos Humanos participa das Consultas Nacionais das Mulheres com Deficiência e Ciganas \(SDH, 02/03/2016\)](#)

Ministério divulga nota de repúdio aos ataques à Marcha das Mulheres Negras

(SDH, 19/11/2015) O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMID) repudia as agressões e ameaças perpetradas contra as mulheres negras em marcha, ontem (18/11), na Esplanada dos Ministérios. A liberdade de expressão e de manifestação é direito de todos e todas, e foi exercida na “Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo bem Viver” de maneira legítima e de forma a fortalecer a democracia, objetivando a defesa da cidadania plena de todas e todos, os cidadãos do Brasil, sem distinção de raça e gênero.

Leia mais:

[ONU Brasil lança documentário sobre o Dia Nacional da Consciência Negra \(ONUBr, 20/11/2015\)](#)

[Dilma: Dia da Consciência Negra é oportunidade de afirmar luta contra o racismo \(Agência Brasil, 20/11/2015\)](#)

[À margem do feminismo, artistas negras se queixam de discriminação \(Folha de S. Paulo, 20/11/2015\)](#)

[Consciência Negra: Racismo institucional, mulheres negras e a aids, por Emanuelle Goes \(Agência Aids, 20/11/2015\)](#)

[‘Pobreza no país tem como cor predominante a negra’, diz Dilma \(Folha de S. Paulo, 19/11/2015\)](#)

Diante dessa reação violenta à maior marcha contra o racismo desde a de Zumbi, em 1995, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos se solidariza às mulheres atingidas pelos ataques e informa que se empenhará - por meio do acompanhamento feito pelas Ouvidorias da Igualdade Racial, de Direitos Humanos e a da Mulher - para que os atos de violência sejam devidamente apurados e os autores responsabilizados.

Reforçamos a posição do governo no sentido de promover e fortalecer políticas que contribuam para reverter os efeitos do racismo e do machismo, e reconhecemos que, mesmo diante de tantos avanços no acesso a direitos e oportunidades, ainda há muito a ser feito, sobretudo no campo das lutas simbólicas.

Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

Foto: Adriano C. Batista (Revista Fórum)

Acesse no site de origem: [Nota de repúdio aos ataques à Marcha das Mulheres Negras \(SDH, 19/11/2015\)](#)

“Mulheres, juventude e comunidades tradicionais continuam sendo prioritários”, afirma novo secretário executivo de Igualdade Racial

(Seppir, 08/10/2015) Ronaldo Barros assume a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculada ao Ministério das

Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

Com a reforma administrativa anunciada pela presidenta Dilma Rousseff na última sexta-feira (2/10), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial passa a ser vinculada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Ronaldo Barros é o titular da nova secretaria, sob a coordenação da ministra Nilma Lino Gomes.

“Nessa nova gestão, vamos dar continuidade ao trabalho iniciado, priorizando os eixos estabelecidos pela ministra Nilma Lino Gomes para a Seppir (juventude negra; ações afirmativas; povos e comunidades tradicionais; e internacionalização), tendo como públicos prioritários as mulheres, os jovens e comunidades tradicionais”, sinalizou o Secretário. “O Brasil é o país que mais avançou nas políticas de promoção da igualdade racial mas que tem um desafio grande pela frente. Nós temos como desafio a ampliação do reconhecimento dos nossos direitos, necessitamos de uma justiça histórica e um desenvolvimento das políticas de promoção da igualdade racial, preconizando o lema da Década Internacional dos Afrodescendentes, que é justiça, reconhecimento e desenvolvimento dos afrodescendentes. Esses eixos dão uma perspectiva do que temos para fazer nos próximos anos”, afirmou Barros.

As perspectivas de trabalho para os próximos 3 anos, de acordo com o secretário, envolve a ampliação, no plano internacional, das conquistas da população negra, seja na ratificação das Convenções A-68 e A-69 da OEA, e ampliar a participação dessa população nas universidades. “Precisamos avançar nas formas de participação da população negra em determinados espaços que ainda são restritos, como nos programas de pós-graduação das universidades, ampliar as formas de geração de emprego e renda para a população negra, equiparar o nível educacional entre brancos e negros, reverter a letalidade da juventude negra e assegurar o direito e a proteção de nossas crianças e adolescentes”, declarou Ronaldo Barros.

Sobre o Ministério da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos afirma que “agora, com a nova estrutura, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial terá a oportunidade de fazer uma articulação maior com pautas importantes”. “Vamos agir de maneira mais articulada com

a luta histórica das mulheres e com a luta pelos direitos humanos. Essa unificação de pautas é importante para assegurar o princípio da democracia, pois não há democracia sem a superação do racismo, das desigualdades de gênero e sem assegurar o pleno direito humano das pessoas”, afirmou o gestor.

Desde março deste ano, Barros atuava como secretário de Políticas de Ações Afirmativas da extinta Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR).

Biografia

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA e Mestre pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, o secretário da Igualdade Racial também é editor da Griot - Revista de Filosofia. Professor Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, foi Pró-Reitor de Política Afirmativa e Assuntos Estudantis (PROPAAE - UFRB) e tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Filosofia social e política, marxismo, desenvolvimento, movimentos sociais e relações raciais.

Acesse no site de origem: [“Mulheres, juventude e comunidades tradicionais continuam sendo prioritários”, afirma novo secretário executivo de Igualdade Racial \(Seppir, 08/10/2015\)](#)

Multiplicam-se as manifestações contra junção da SPM, Seppir e SDH na reestruturação

ministerial

Diversos organismos de Estado e de governos, movimentos sociais e sindicais, organizações da sociedade civil e especialistas têm se manifestado contra a possibilidade de que as secretarias de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos sejam incorporadas em uma única pasta, até o momento noticiada como um futuro Ministério da Cidadania.

Na semana passada, a Agência Patrícia Galvão já havia divulgado posicionamentos de juristas, pesquisadores e especialistas contra a junção das secretarias. Nesta edição, o Informativo da Agência traz um compilado sobre o tema.

[Nota das Promotoras Legais Populares sobre a extinção da SPM/PR \(30/09/2015\)](#)

[Organismos de gestão e sociedade civil pedem em carta permanência da SPM \(29/09/2015\)](#)

[Marcha das Margaridas envia carta a Dilma contra fim da SPM \(29/09/2015\)](#)

[Bancada feminina manifesta inconformismo com extinção da SPM, por Mônica Bergamo \(29/09/2015\)](#)

[Núcleos Especializados da Defensoria de SP divulgam nota de repúdio à desestruturação da SPM e Seppir \(28/09/2015\)](#)

[Coordenação Nacional de Entidades Negras: manter e fortalecer a secretaria de políticas de promoção da igualdade racial \(28/09/2015\)](#)

[Nota da CUT sobre a fusão da SPM, SEPPIR, SNJ e SDH \(28/09/2015\)](#)

[Educafro faz carta aberta à presidenta Dilma e a todos os partidos da base aliada \(28/09/2015\)](#)

[Nota da Articulação de Mulheres Brasileiras sobre os rumos da reforma ministerial e possível rebaixamento da SPM, SEPPIR e SDH \(28/09/2015\)](#)

[Nota da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial de Alagoas em defesa da SEPPIR, SPM e SNJ - Nenhum direito a menos \(28/09/2015\)](#)

[Movimentos antirracistas: Nenhum direito a menos, democracia se faz com diálogo e participação \(27/09/2015\)](#)

[Comissão da Mulher do Conselho Nacional de Defensores Públicos manifesta preocupação pela possibilidade de extinção da SPM \(26/09/2015\)](#)

[Juristas e especialistas consideram fusão ministerial “apagão histórico” \(Aviso de pauta da Agência Patrícia Galvão, 25/09/2015\)](#)

[Nota da Rede Feminista de Saúde sobre Extinção da SPM \(25/09/2015\)](#)

[Nota Pública da Marcha Mundial das Mulheres sobre mudança Ministerial da SPM e SEPPIR \(24/09/2015\)](#)

[Gestoras enviam carta à presidenta Dilma em defesa da SPM como ministério \(23/09/2015\)](#)

[Feministas criticam ameaça de extinção da SPM, Seppir e SDH \(Aviso de pauta da Agência Patrícia Galvão, 22/09/2015\)](#)